

FÓRUM ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO
FEPEG
UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:
Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

APOIO:
FAPEMIG
FADENOR

24 a 27
setembro
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

O DIREITO IMAGINADO: PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL PRESENTE NA LITERATURA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DO DIREITO

Autor(es): Amanda Muniz Oliveira, Rodolpho Alexandre Santos Melo Bastos, João Lucas Versiani

Os estudos interdisciplinares sobre as relações entre Direito e Literatura, defendem a utilização da literatura como ferramenta analítica do Direito, vez que esta permite uma análise mais próxima da realidade social. Ao analisar o direito na literatura, o leitor é transportado a uma situação distinta da sua própria, o que permite o entendimento das relações sociais e jurídicas a partir das representações sociais presentes nos textos literários. Essas relações podem ser compreendidas como reflexo de um imaginário social vigente, que se manifesta a partir de discursos. Por oferecer uma visão das mais diversas situações, abrangendo diferentes etnias e classes sociais, a Literatura pode ser compreendida como um discurso privilegiado de acesso ao imaginário, mesmo dotada de um caráter fictício, visto que ela não se desliga integralmente de temas sociais, políticos, jurídicos, dentre diversos outros, constantes no cotidiano humano não literário. Não raramente, o imaginário social remete a uma forma cristalizada de pensamento; dogmas construídos aceitos de forma acrítica e alienadora. Assim, apenas reconhecendo o caráter instituído da própria sociedade é que os indivíduos são capazes de perceber que os imaginários são construídos, e portanto, questionáveis. Para reconhecer tal caráter, propõe-se a utilização do ensino. A educação emerge, assim, como forma de desalienação, pois busca mostrar como determinados estereótipos são criados, e mais importante, porque são criados. Trazendo esta proposta para os estudos de Direito e Literatura, poderia-se identificar nos livros algumas representações estereotipadas, fruto de um imaginário social vigente, e desconstruí-las, a partir de questões do como e do porque. Desta forma, o docente pode auxiliar o aluno a desconstruir estereótipos, de forma a auxiliar na formação crítica do jurista.